

Corrêa, Rafaella. **O CORPO COM DEFICIÊNCIA QUE DANÇA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO DA EXISTÊNCIA**. Belém: Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Artes -PPGARTES – UFPA; Sapucay, Ana Flávia. Artista-Pesquisadora do grupo Coreoepistemologia Pesquisa em Poéticas da Cena. Bolsista da CAPES, pesquisador em tempo integral.

RESUMO

Por muito tempo a sociedade ocultou, segregou e privou as pessoas com deficiência em diversos âmbitos sociais, por anos viveram a margem do processo e do direito social, buscando incansavelmente a aparência de corpos e vidas milimetricamente perfeitas, buscam e lutam com todas as suas forças para pertencer a sociedade que é segregacionista, excludente e que camufla por meio de políticas rasas e superficiais a inclusão das pessoas com deficiência. E dentre essa discursão e inquietação levantamos a dança e as muitas dicotomias existentes que perpassam no processo das produções artísticas e na performatividade das pessoas com deficiência, buscamos autores que dialogassem com tais pensamentos, de modo que pudessem ser entendidos, provocando assim processos de reflexões sobre o assunto Jocimar Daolio (1995), Henri-Pierre Jeudy (2002) e Paula Sibilía (2002), que dialogam o corpo e o meio que ele está inserido, bem como Lucia Matos (2014) que estabelece um cartografia do corpo deficiente e a dança. Por meio dessas análises e comparações que o homem tem por natureza e necessidade de pertencimento, e para tanto decide assim buscam uma padronização irreal, diante das pessoas com ou sem deficiência. Entendemos que na dança esse processo não se faz diferente das demais áreas da sociedade, portanto iniciamos essa discussão, reconhecendo que ainda se faz incapaz de ser esgotadas, já que muito ainda precisa se avançar quando falamos de inclusão e de dança.

PALAVRAS-CHAVES: Corpo. Sociedade. Dança. Corpo com deficiência.

ABSTRACT

For a long time society hid, segregated and deprived people with disabilities in various social spheres, for years they lived on the margins of the process and social law, tirelessly seeking the appearance of bodies and lives that were millimeter-perfect, seeking and fighting with all their strength to belong to a society that is segregationist, exclusionary and that camouflages through shallow and superficial policies the inclusion of people with disabilities. . And among this discourse and concern, we raised dance and the many existing dichotomies that permeate the process of artistic productions and the performance of people with disabilities, we seek authors who dialogue with such thoughts, so that they could be understood, thus provoking processes of reflections on the subject Jocimar Daolio (1995), Henri-Pierre Jeudy (2002) and Paula Sibilía (2002), who discuss the body and the environment in which it is inserted, as well as Lucia Matos (2014) who establishes a cartography of the disabled body and dance. Through these analyzes and comparisons that man has by nature and need to belong, and for that purpose he decides to seek an unrealistic standardization, in front of people with or without disabilities. We understand that in dance this process is

not different from other areas of society, so we started this discussion, recognizing that it is still unable to be exhausted, since much still needs to be done when we talk about inclusion and dance.

KEYWORDS: Body. Society. Dance. Disabled body.

Este artigo faz parte do processo de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Artes na Universidade Federal do Pará (PPGARTES-UFPA), na qual venho cultivando o fazer artístico de pessoas com deficiência no município de Marituba, região metropolitana de Belém. Durante a pesquisa fui sensibilizada com as inúmeras questões que atravessam esse fazer artístico, questões que perpassam especificamente em entender ao longo da história como esse corpo com deficiência foi e é entendido, não somente o corpo, mas sobre tudo a pessoa com deficiência, e suas relações sociais, familiares e institucionais. Vale ressaltar que tal pesquisa é financiada pela Capes.

Ao iniciarmos as vivências em dança com as pessoas com deficiência, percebemos a necessidade de aprofundarmos nosso estudo dentro da perspectiva inclusiva, afim de termos maior propriedade ao confrontar pensamentos assistencialistas por vezes reproduzidos na instituição em que aconteciam nossos encontros, ou pela própria família, que enxergam seus filhos, irmãos, como pessoas incapacitadas e totalmente dependentes do outro, o que vai diretamente de encontro com as propostas levadas por nós, que objetivava conduzir um processo na tomada de autonomia e consciência de si, dos alunos.

Nossos desafios semanais eram desconsiderar todo e qualquer hábito assistencialistas quanto ao corpo deficiente, desejávamos promover a maior liberdade de domínio do seu próprio corpo, conquistando assim um poder de si e sobre si, deixando de ser objeto de manipulação de outros. Estávamos buscando a sensibilização dos corpos através do movimento (TEIXEIRA, 2010).

Então acredito por bem levantar alguns questionamentos diante da realidade a qual me encontrava, de modo que pudesse entender melhor os comportamentos dos alunos e das pessoas que com eles conviviam, observar, questionar, confrontar foram atitudes necessárias nesse processo, permitindo assim trazer a lume possíveis interrogações nos fazeres individuais daquelas pessoas, e minha esperança é que tenham tido ressignificações diretas nos seus hábitos.

Me questiono, qual o entendimento de políticas inclusivas nas associações de pais? De que forma eles entendem a pessoa com deficiência? Questionamentos fundamentais que evidenciam diretamente o trabalho e atitudes das pessoas com deficiência. Busco responder e levantar mais questionamentos sobre a visão que hoje a sociedade e as próprias políticas inclusivas têm e em como estamos tratando deste assunto a parte da própria pessoa com deficiência.

NORMALIZAÇÃO, INCERSSÃO, INCLUSÃO OU JUSTIÇA?

Durante longos períodos da história a presença de pessoas com deficiências foi negada e escondida, sendo claramente segregadas do convívio e participação social. “A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade.” (MACIEL, 2000, p.51), como nos lembra Maciel as pessoas com deficiência viveram por muito tempo escondidas e tendo os seus direitos de cidadãos sendo privados, muitas vezes abandonadas a margem da sociedade.

Após anos de descasos com as pessoas com deficiência, “Movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva, sendo que o seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial,” (MACIEL, 2000, p.51), que resultou na formulação da Declaração de Salamanca, que tem como intuito assegurar os direitos básicos de todos as pessoas com deficiência, que eram até então negados.

A Declaração de Salamanca foi um marco na educação inclusiva e foi a responsável pelos tímidos avanços na pesquisa e educação de crianças e adultos com deficiência. Ao nos reportarmos ao Brasil podemos observar. O Brasil sofria no período colonial um descaso de um modo geral com a educação, e assim incluindo as pessoas com deficiência.

Analisando o período colonial esta autora concluiu que prevaleceu neste período o descaso do poder público, não apenas em relação à educação de indivíduos com deficiências, mas também quanto à educação popular de modo geral [...] (MENDES, 2010, p.94)

Avançando na história do Brasil, Vieira (2002) nos traz uma informação importante referente ao século passado, o que justifica atitudes frequentemente observadas por algumas famílias no processo da educação de crianças com deficiência, reflexo de anos em que elas foram tratadas. Em meados do século XIX encontra-se a fase de institucionalização especializada: aqueles indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados nas residências, proporcionando uma “educação” fora das escolas, “protegendo” o deficiente da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato. (VIEIRA, 2002, p.4)

Ou seja, cabia a responsabilidade dos familiares em educar seus filhos com deficiência e mantê-los segregados (escondidos) da sociedade, vivendo um

período de confinamento da social normal. No século XX alguns cidadãos começam a preocupar-se com os deficientes tratados a margem da sociedade, movimento essa que ganha o nível mundial, pela luta aos direitos das pessoas com deficiência, levando os questionamentos aos modelos de ensino para os deficientes (VIEIRA, 2012). O que nos remetera novamente a Declaração de Salamanca.

A inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização, iniciando-se no nascimento ou exatamente no momento em aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum membro da família. (MACIEL, 2000, p.52)

Sendo assim, um processo de desconstrução de um legado institucionalizado por muito tempo, de forma que as pessoas com deficiência pudessem resgatar os seus direitos, dantes extraídos pela sociedade preconceituosa e leiga. A Declaração de Salamanca (1994, p.6) deixa claro,

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

É por meio desta declaração, que ocorre um avanço no discurso sobre o trato das pessoas com deficiência e o seu direito quanto à inclusão nas escolas regulares. No Brasil no período da Ditadura houve a criação de centro responsável por atender as necessidades das pessoas com deficiência, Mendes (2010, p. 100)

A educação especial foi estabelecida como uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação e Cultural (1972-1974) e foi neste contexto que surgiu em junho de 1973, o Decreto 72.425, de 3 de julho de 1973, que criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), junto ao Ministério de Educação; que iria se constituir no primeiro órgão educacional do governo federal, responsável pela definição da política de educação especial.

Esse processo de discursão ocorreu concomitantemente com a Declaração de Salamanca. Inicia-se desta forma, um progresso nos debates, com o anseio de atender de forma igualitária o direito de todos à educação, negada de forma arbitrária durante anos.

Tal tentativa envereda-se até hoje, sabendo que ainda estamos galgando passos lentos e graduais no processo de inclusão nas escolas regulares, inclusão essa que ainda se faz superficial e deficiente mediante as reais necessidades dos alunos com deficiência. Resgatamos a fala de Sanchez (2005), que nos deixa claro a realidade da inclusão no Brasil. A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para

todos, pesquisa reflexiva. (SANCHEZ, 2005, p. 17 apud.VIEIRA, 2002 , p. 3). Tudo quanto diz respeito a uma mudança de mente, o que necessita de uma mudança de hábito educacional e social, a inclusão estar para além de garantir o acesso as escolas regulares de ensino, ao direitos civis de cidadão, porque necessariamente isso diz respeito a justiça obrigatória a cada indivíduos apresentando uma deficiência ou não, nossa visão de uma sociedade inclusa extrapola tais concepções , pode ser considerada utópica e romântica, mas acreditamos piamente que todos possuem direitos de viverem em sua completa liberdade de manifestação social, e aqui restringimos para o nosso - lugar de fala - por meio e através da arte.

Compreendemos desta forma, quão atrasada se faz ainda o processo de inclusão, diante dos anos de sofrimento que as pessoas com deficiência tiveram no passado triste das suas histórias, de modo que seus direitos foram negados e estes por muito tempo possuíram um tratamento arbitrário da sua família e da sociedade. Para que isso de fato ocorra nossa visão de quem pode e quem faz arte precisa mudar, nossos preconceitos precisam cair, e as caixas dos rótulos precisam ser desfeitas, “precisamos criar possibilidades, ao invés de mantermos antigos estigmas e práticas.” (JESUS; SIQUEIRA, 2012, p.20).

Ressignificar o olhar, entende que a pessoas com deficiência é antes de tudo uma pessoa, que tem desejos, anseios e gostos, não são objetos e muito menos vivem no mundo do Peter Pan, eternas crianças. A nesse contexto recorto ao fazer docente, como relatam aqui Jesus e Siqueira sobre o ato de docência diante da perspectiva inclusiva.

Cabe-nos entender como as escolas vêm lidando com as questões da inclusão escolar e, também, fomentar essas experiências nos processos de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas, que permitam uma leitura crítica da realidade e alicercem projetos que visem à transformação. (JESUS; SIQUEIRA, 2012, p.19)

Não existe outro caminha para o resignificar de uma sociedade que não seja na escola e que não comece nela, esse é o espaço que forma uma sociedade, somente na escola a alteridade pode ser ensinada, vivida e aprendida, sem medo de colocar uma carga muito grande nesse espaço formador que ela é, mas que também sem medo de afirmar o quão falho é ainda o nosso sistema educacional.

Encontros de saberes, fazeres, reflexões, metodologias, estratégias de ensino, recursos, perspectivas avaliativas, pois, dessa forma, estaremos nos constituindo sujeitos coletivos. Vivemos o tempo de tradução, isto é, o momento de criar diálogos entre os diferentes conhecimentos e experiências disponíveis neste mundo tão plural e heterogêneo. (SANTOS, 2007 apud JESUS; SIQUEIRA, 2012 p.21)

Estou certa que entender o corpo com deficiência que dança é também entender as múltiplas discursões que o circundam e o transpassam, é cavar fundo a fim de entender os inúmeros por quês que refletem diretamente o comportamento de toda uma sociedade e principalmente todo um ciclo vicioso de atos assistencialistas por parte da família, das associações e das próprias

pessoas com deficiência, não teremos uma mudança de mente se não partir do corpo docente influenciando diretamente os alunos com deficiência ou não.

A DANÇA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA UMA PRESENTIFICAÇÃO CONSCIENTE

Quando pensamos em dança, não é comum imaginarmos pessoas com deficiência em cena, ou ainda criando suas próprias composições coreográficas. Normalmente nos deparamos com eles sendo meros receptores e reprodutores de movimentos estereotipados, uma ação colonizadora da dança sobre um corpo diferente. Não estamos aqui negando as diversas técnicas de dança e suas devidas importâncias no meio, mas estamos aqui levantando possibilidades de se repensar meios de utilizá-las de forma consciente e flexível nesses corpos, e antes de tudo, torná-los produtores conscientes de movimento.

Como nos fala Ana Teixeira (2010), uma sensibilização por meio do movimento os corpos da pessoa com deficiência por meio da dança e tal sensibilização se dá de forma progressiva, partindo de uma predisposição interna para refletir enfim externamente, muitas vezes como professores e pessoas da dança, trabalhamos no sentido oposto de fora pra dentro, o que se caracteriza como meio de colonizar o corpo que dança, a partir do momento que entendemos tais verdades do fazer dança seja ela de pessoas com deficiência ou não, mudamos nossa perspectiva e buscamos novos meios de desenvolver um trabalho consciente entre todos os participantes.

É interessante pensar que estas “extensões corporais” no caso dos corpos deficientes, desencadearam novos poderes e saberes sobre suas impossibilidades. Estas impossibilidades foram reconfiguradas por meio de fontes extra-corporais, conseqüentemente, se tornaram um meio de questionar e criar com o corpo, agora pela perspectiva de suas falhas, faltas, perdas e aparentes incapacidades. (TEIXEIRA, ANA; p. 10, 2010)

Como Ana Teixeira (2010), nos apresenta o percurso particular travado por ela e em como esse processo de percepção se desenvolveu, nos faz entender que não é somente importante, mas basilar para a construção de um trabalho significativo na vida dos artistas com deficiência. Como vimos, muito do que enxergamos como hábitos assistencialistas em favor das pessoas com deficiência foi construído ao longo de anos de história, e existe uma necessidade urgente de desconstruir tais práticas, que podam e limitam suas vidas artísticas.

Estar presente no meio artístico por meio da dança não se caracteriza somente em levar um grupo de alunos com deficiência para o palco e expor um trabalho desenvolvido, não é a espetacularização deles que tornará um presença consciente tanto dos próprios alunos, quanto da plateia que assiste, não gerará um ressignificar de consciência, que entendemos como um dos reais motivos em levar produções artísticas neste âmbito ao palco, é para mostrar a apropriação consciente do seu papel como artista com deficiência que dança se apoderar do próprio corpo e usa-lo como meio de vocalizar suas lutas pessoais e sociais.

Dançar uma coreografia que não faça sentido para quem dança não é uma presentificação consciente, dançar com as pessoas com deficiência assim como Ana Teixeira (2010), entendemos que é por onde parte o ato de entender as diferenças técnicas para o processos, dessa forma os diferentes corpos podem se aprimorar e desenvolver entre si novas conquistas de movimento em dança, por meio das observações dos seus corpos e dos corpos ali presentes. É neste observar e aprimorar que acontece a partilha pessoal de movimento tomando para si suas limitações e ressignificando em ações artísticas dançantes.

As diferenças corporais entre bailarinos com e sem deficiências confrontavam não só barreiras físico-corporais, mas também, muitas vezes, aspectos de ordem psicológica – medo, pudor, auto-suficiência, insegurança, dentre outros. Essas barreiras, quando desafiadas, resultavam na descoberta de movimentações compartilhadas e individuais. Ademais, enquanto indivíduo, a experiência singular de cada membro não pode ser descartada, tendo em vista que a individualidade também se faz presente no instante em que o bailarino redescobre-se a partir de (ou com) suas limitações físicas. (TEIXEIRA, ANA; p. 20, 2010)

Ou, seja precisamos pensar e repensar o fazer dança com as pessoas com deficiência, por meio do legado histórico que elas possuem, não existe a possibilidade de anularmos o indivíduo e sua história do processo, pois as mesmas histórias fluíram e constituíram seus comportamentos, seus gestos e sua dança, anular o interprete é matar sua capacidade criadora e adaptativa diante da ato de dançar, não somente o seu mas também o do outro.

Buscamos por meio desses breves relatos e questionamentos instigar e confrontar nosso Eu fazedor, Eu criador, nosso egocentrismo que insiste por inúmeras vezes anular o outro. Temos a noção que muitos serão afetados, mas poucos serão os que realmente aplicarão tais verdades no seu fazer dança, ou no âmbito mais geral, no seu fazer arte.

Terminamos, esta parte, sem terminar, porque assim como todo o processo de discussão política da inclusão ainda está no início, da mesma forma nossas discursões em arte também se fazem no início. E sendo sincera, nos vejo como omissos diante dessa realidade tão latente embaixo do nosso nariz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como falei no final da sessão anterior, meu objetivo não era esgotar a discursão e muito menos encher as páginas com dados e informações que claramente nos afetam até um determinado ponto de consciência, servem para nos tirar da posição de ignorantes, para conhecedores da realidade, mas a prática, a ação em si, surgirá mediante ao convívio, a estar em contato com essas pessoas, somente assim saberemos como realmente um fazer dança será efetivamente coerente com a realidade das pessoas com deficiência.

Meu papel aqui é esse trazer à tona, vozes abafadas com anos de descaso e políticas rasas, que se distanciam da realidade das pessoas com deficiência e juntos construir uma nova realidade possível, um passo de cada vez, um dia depois do outro, sempre fazendo a próxima coisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Brasil-Espanha.

JESUS, D. M.; EFFGEN, A. P. **Formação Docente e práticas pedagógicas:** conexões, possibilidades e tensões, Salvador: EDUFBA, p. 17- 24, 2012.

MACIEL, M. R. C., **Portadores de Deficiência:** uma questão de inclusão social. São Paulo em perspectiva, p. 51-56, 2000.

MENDES, E. G., **Um breve apanhado histórico da educação especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, n. 57, maio-agosto, p. 93–109, 2010.

TEIXEIRA, A. C. **Deficiência em cena:** desafios e resistência da experiência corporal para além das eficiências dançantes; Dissertação, UFBA, Salvador, 2010.

VIEIRA, G. M. **Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade.** 2002.